

- b) Das obrigações constantes noutros contratos celebrados com o IPDJ, I. P.  
c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c), d) e e) da cláusula 5.ª, por razões não fundamentadas, concede ao IPDJ, I. P., o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais dos eventos desportivos objeto deste contrato.

3 — Caso as comparticipações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante não tenham sido aplicadas na competente realização dos eventos desportivos, a entidade obriga-se a restituir ao IPDJ, I. P., os montantes não aplicados e já recebidos.

4 — As comparticipações financeiras concedidas à entidade pelo 1.º outorgante ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2011 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos Programas de Atividades, são por esta restituídas ao IPDJ, I. P., podendo este Instituto, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.»

deve ler-se:

«Cláusula 6.ª

#### **Incumprimento das obrigações da entidade**

1 — Sem prejuízo do disposto na cláusula 7.ª, há lugar à suspensão das comparticipações financeiras por parte do IPDJ, I. P., quando a AAOP não cumpria:

- a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;  
b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o IPDJ, I. P.;  
c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento culposos do disposto nas alíneas a), b), c), d) e e) da cláusula 5.ª, concede ao IPDJ, I. P., o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa de atividades.

3 — A AAOP obriga-se a restituir ao IPDJ, I. P., as comparticipações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do competente programa de atividades anexo ao presente contrato-programa.

4 — As comparticipações financeiras concedidas à AAOP pelo primeiro outorgante ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos programas de atividades, são por esta restituídas ao IPDJ, I. P., podendo este Instituto, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.»

23 de outubro de 2012. — O Presidente, *Augusto Fontes Baganha*. — O Vice-Presidente, *João Bibe*.

206499322

#### **Declaração de retificação n.º 1433/2012**

Por ter sido publicado com inexatidão o contrato n.º 610/2012, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 26 de outubro de 2012, retifica-se que onde se lê:

«Cláusula 2.ª

#### **Comparticipação financeira**

A comparticipação financeira concedida no n.º 1, da Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/227/

DDF/2012 é acrescida em 195.180,00 € (Duzentos e sessenta mil duzentos e quarenta euros).»

deve ler-se:

«Cláusula 2.ª

#### **Comparticipação financeira**

A comparticipação financeira concedida no n.º 1 da cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/227/DDF/2012 é acrescida em € 195 180.»

26 de outubro de 2012. — O Presidente, *Augusto Fontes Baganha*. — O Vice-Presidente, *João Bibe*.

206499339

## **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA E DO EMPREGO**

Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças,  
Adjunto e dos Assuntos Parlamentares  
e da Economia e do Emprego

#### **Despacho n.º 14388/2012**

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, as empresas distribuidoras de eletricidade são compensadas pelos encargos de liquidação da contribuição audiovisual, através da retenção de um valor fixo por fatura cobrada, tendo por base o princípio da cobertura dos custos despendidos com a liquidação.

Considerando que, de acordo com o mesmo preceito, esse valor é determinado por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças, comunicação social e economia, determina-se o seguinte:

1 — O valor da compensação pelos encargos de liquidação da contribuição para o audiovisual a reter pelas empresas distribuidoras e pelas empresas comercializadoras de eletricidade, incluindo as de último recurso, é de € 0,0333 por fatura cobrada.

2 — É revogado o despacho conjunto n.º 8765/2011, de 17 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho de 2011.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

26 de outubro de 2012. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*. — O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*. — O Ministro da Economia e do Emprego, *Alvaro Santos Pereira*.

900000133

## **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

Autoridade Tributária e Aduaneira

#### **Aviso (extrato) n.º 14927/2012**

Por despacho de 23 de outubro de 2012 da Subdiretora-Geral, por delegação de competências do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de dezembro, foi autorizada a renovação de equipas de trabalho da Inspeção e Justiça Tributária da Direção de Finanças de Viseu, relativas ao ano de 2012, a seguir indicadas:

#### **Inspeção Tributária**

Nome da equipa	N.º elementos da equipa	Trabalhadores designados para a chefia da equipa	Período de duração	
			Início	Fim
Equipa 11 .....	10	Isabel Angelina Fonseca F. Carvalho .....	01.01.2012	31.12.2012
Equipa 13 .....	8	José Carlos Cunha Mota .....	01.01.2012	31.12.2012
Equipa 22 .....	10	José Mendes Almeida .....	01.01.2012	31.12.2012